



Prefeitura do Município de Araucária

Secretaria Municipal de Governo

OFÍCIO_EXTERNO nº 603/2020

Araucária, 10 de março de 2020.

AMANDA NASSAR

DD. Presidente da Câmara Municipal de Araucária

Nesta

Assunto: Numeração de Lei – PA 49154/2019

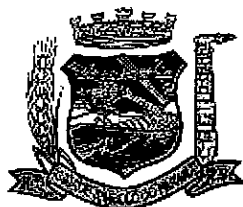
Senhora Presidente,

Conforme solicitado no ofício nº 28/2020 da Câmara Municipal de Araucária, informamos o número de Lei **3.593 com data de 10 de março de 2020.**

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente.

Genildo Carvalho
Secretário Municipal de Governo



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO Vereador PEDRO NOLASCO PIZZATTO

PROJETO DE LEI Nº 54/2019

Dispõe sobre os deveres dos estabelecimentos de saúde em relação aos seus pacientes, no âmbito do Município de Araucária, bem como torna obrigatória sua divulgação, e dá outras providências.

Art. 1º Ficam estabelecidos deveres básicos dos estabelecimentos de saúde, localizados no Município, em relação aos seus pacientes, entre outros:

- I – tratá-los com respeito, dignidade e atenção, sem nenhuma forma de preconceito por meio dos seus profissionais de saúde;
- II – informar-lhes a identidade e a profissão de todos os profissionais que participam do seu treinamento;
- III – providenciar os cuidados apropriados ao seu estado de saúde, no âmbito dos cuidados preventivos, curativos, de reabilitação ou terminais;
- IV – esclarecê-los com adequada informação a respeito dos procedimentos diagnosticados ou terapêuticos, a serem neles realizados, e acatar os seus consentimentos, de forma livre e voluntária, ou recusas em relação à concretização dos mesmos;
- V – proporcionar o acesso deles aos seus prontuários médicos e a informações precisas e esclarecedoras;
- VI – garantir a sua segurança e integridade física, limitadas às condições de ação e instalação de cada instituição;
- VII – assegurar-lhes privacidade na prestação de toda a assistência prestada;
- VIII – resguardar os segredos deles, através do sigilo profissional;
- IX – permitir-lhes o recebimento ou a recusa de assistência moral, psicológica, social ou religiosa.

Parágrafo único. Nos casos comprovados de manifestação consciente do paciente, este deverá ser legalmente representado.

Art. 2º Os deveres de que trata esta Lei devem ser considerados como normas de conduta a serem observados pelos profissionais de saúde dos estabelecimentos e divulgados aos pacientes, em folhetos e em placas colocadas em locais adequados de suas dependências, de forma visível e legível.

Art. 3º A presente Lei poderá ser regulamentada no que couber.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Araucária, 5 de novembro de 2019.


AMANDA MARIA BRUNATTO SILVA NASSAR
Presidente